

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2007:** _____

---Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, neste concelho de Esposende, no Centro Cultural Rodrigues de Faria, na freguesia de Forjães, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes.-----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
António Viana da Cruz,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
Sílvio de Azevedo Abreu,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
Abílio Cepa Cerqueira,
Laurentino da Cruz Regado, em substituição de José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva

---Sendo dez horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

José Luís da Silva Ribeiro; e
António Vendeiro Catarino,

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral.-----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende, agradecendo em primeiro lugar à Junta de Freguesia de Forjães, através do seu Presidente, quer a disponibilização do espaço para que esta sessão ocorresse nesta freguesia, quer os esforços que desenvolveram para que as condições criadas fossem as mais agradáveis possíveis. Continuando no uso da palavra enalteceu o povo forjanense e, através daqueles que foram os seus professores primários, manifestou a intenção de assim lhes prestar homenagem. -----
Interveio seguidamente Sílvio Abreu, que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Forjães, fez a seguinte intervenção que vai ser transcrita:

“Em primeiro lugar queria saudar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Eng.º Couto dos Santos, não só pelo cargo que desempenha mas também na qualidade de forjanense que aqui cresceu com as dificuldades da vida que todos conhecemos e por ter atingido um patamar na sociedade portuguesa de sucesso sem que isso tenha contribuído para que esquecesse as suas origens ou os seus amigos.

Assim fez enquanto desempenhou cargos governamentais contribuindo para o progresso de Forjães e do concelho de Esposende desbloqueando muitas obras e aberto muitas portas num período de ouro para o nosso Concelho. Não o esquecemos e da parte que nos toca, já o fizemos sentir, contra o pensar de alguns e oxalá que o concelho no seu todo um dia lhe possa dizer obrigado.

Contudo, quero que saiba que ainda é cedo para se reformar e que contamos consigo para que com a sua magistratura de influência Forjães e o concelho continuem a beneficiar das suas qualidades de trabalho e inteligência que poucos têm o dom de ter.

Seja bem-vindo Sr. Presidente à sua terra pois aqui está entre os seus queridos.

Em 2º segundo lugar queria saudar todos os elementos da Assembleia Municipal desta 1ª reunião em Forjães deste órgão com o qual me congratulo e espero que aconteça mais vezes. A democracia deve ser próxima dos cidadãos e quanto mais próximo estivermos deles mais depressa eles compreenderão as nossas decisões e o alcance das mesmas.

A Assembleia Municipal é o órgão representativo do povo e aqui se concentram todos os representantes dos partidos e Juntas de Freguesia onde podem exprimir livremente as suas opiniões e dar as suas sugestões. Daqui demandam as grandes decisões de âmbito concelhio com repercussão na vida das pessoas.

Os debates que aqui se concentram demonstram a vitalidade das pessoas, das instituições, dos Partidos e da sociedade civil em geral.

Oxalá que assim continue no respeito por todos e por todas as opiniões.

Em terceiro lugar uma palavra de apreço e estímulo para com o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores.

Os tempos que correm não são fáceis mas V. Ex.ª saberá encontrar os caminhos para que se concretizem os anseios da população do Concelho e da minha freguesia em particular. Forjães precisa, neste mandato dum conjunto de obras que V. Ex.ª bem conhece para que faça jus ao estatuto de Vila, tais como a requalificação da zona central de Forjães (obra importantíssima), o novo jardim-de-infância, a conclusão das pavimentações de caminhos, alargamento do saneamento básico, compra de terrenos junto ao rio Neiva a par de outras obras mais pequenas que são do conhecimento de V. Ex.ª. Tenho a certeza que não é pedir muito. É tão só o relembrar das necessidades mais prementes que a nossa população anseia por ver concretizadas. Somos a 4ª freguesia do concelho e por vezes custa-me aceitar que os principais responsáveis dos Partidos nesta Assembleia Municipal só se preocupam com a cidade de Esposende, com um tubo, um buraco, um sinal, quando esquecem nos grandes debates as freguesias e as suas necessidades. Aqui fica o alerta.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores:

Não ficaria de bem comigo mesmo se não dissesse aqui e agora aquilo que penso da lei das autarquias locais e das autonomias das Juntas de Freguesia. Isso, note-se, de uma maneira geral e não local.

É consabido por todos que hoje em dia se procura que as decisões estejam cada vez mais próximas dos cidadãos. Assim o exige a eficácia das mesmas decisões e que tenham efeito em tempo útil.

Ora as competências das Juntas de Freguesia são diminutas em relação àquilo que as populações delas exigem. E é pena pois muita coisa poderia funcionar melhor.

Oxalá que numa próxima revisão da lei das competências das autarquias locais e das Juntas de Freguesia em particular revejam esta situação pois quem beneficiará serão as populações mais desfavoráveis. Ah e não se esqueçam: Dêem-lhes os meios financeiros necessários.

Caso contrário e a continuar a lei tal e qual como está não há lógica racional para que haja eleições por sufrágio directo e universal.

Aquilo que nos é exigido é incomensuravelmente maior que as regalias ou os direitos que temos.

Sr. Presidente e Srs. Membros da Assembleia Municipal:

Que a visita a Forjães seja frutuosa e venham mais vezes até esta terra acolhedora que gosta de bem receber. Serão sempre bem recebidos para que tenham vontade de voltar.

Bem hajam.” Segue-se data e assinatura.

Seguidamente interveio Orlando Capitão, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Forjães passou a integrar o concelho de Esposende, abandonando o de Barcelos em 1835, acompanhando Antas, Belinho, Apúlia, Fão, Fonte Boa e Rio Tinto.

Nesse ano passaram também para o concelho de Esposende, Vila Cova, Banho, Perelhal e Barqueiros, freguesias que no ano seguinte regressaram ao de Barcelos.

Situando-se nos limites do seu novo concelho com os de Barcelos e Viana do Castelo, apetece-me perguntar: Que se fez nestes 172 anos para aproximar Forjães da sede do concelho de Esposende? Tem e sempre teve melhor ligação rodoviária com Barcelos e com Viana do Castelo.

O acesso à actual Estrada Nacional 13, por Antas, é mau e com algum perigo; a ligação por Vila Chã, Curvos e Palmeira de Faro não é muito melhor; se, de Vila Chã se cortar pelo monte de S. Lourenço, - o que só foi possível a partir da presidência da câmara do Padre Sá Pereira -, será ainda pior.

Torna-se imperioso criar uma ligação, rápida, confortável e sem riscos, da vila de Forjães a Esposende, pelo antigo IC 1, hoje A 28. A saída desta via rápida para o lado de Forjães já está apontada, um pouco a sul do rio Neiva.

URBANISMO

Em 1989 Forjães é elevada à categoria de vila.

É indispensável criar aqui um centro urbano que justifique e dignifique uma povoação desta categoria.

Forjães, em vez de um centro, tem um cruzamento. E cruzamento bastante perigoso, com registo de um número considerável de acidentes, a pedir uma intervenção urgente, como um cruzamento desnivelado para veículos e passagens aéreas para peões.

É necessário que o Plano Director Municipal atenda à necessidade de criação de um verdadeiro centro urbano e não descure o aproveitamento do Neiva e das suas margens, para lazer do povo desta vila e dos turistas que por cá passem.

A dignidade de uma vila, como Forjães, impõe um desenvolvimento urbanístico que acabe com a ideia de quem por cá passa ter a sensação de que está atravessar mais uma aldeia. É que, actualmente, quem passa por Forjães não nota grande diferença em relação a outras freguesias do concelho que mantêm a categoria de aldeia.

Impõe-se que os responsáveis pela gestão do município tenham isto em conta e tomem as medidas mais convenientes.

Mudando de assunto,

MUPIS COM PLANTA DO CONCELHO

Os mapas da cidade de Esposende, expostos nos MUPIS existentes, abrangem apenas a zona correspondente à antiga vila e não toda a área da cidade, como seria desejável.

Creio que por toda a área do Município existem fortes atractivos para o fomento da indústria do turismo. Há vários pontos espalhados pelo concelho capazes de encantar os turistas que por aqui passem. Temos dois rios – o Cávado e o Neiva – com águas mansas e margens paradisíacas, locais de desporto e de lazer muito atractivos, miradouros desde Palmeira de Faro até Belinho que nos revelam panoramas de sonho, muitos elementos e ruínas de inegável interesse histórico, e muito mais. Quantos turistas, visitantes de Esposende, se afastaram, nos seus passeios, das estradas que nos ligam a Braga, a Viana e ao Porto?

Porque não se expõem em Mupis, a colocar estrategicamente nas proximidades dos hotéis do concelho mais frequentados, junto às praias e nos pontos de paragem nas entradas da cidade, plantas do concelho que assinalem os pontos de maior interesse para o turismo?

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Nesta reunião descentralizada da Assembleia Municipal, órgão Magno do Município, quero, antes de mais, saudar todos os membros da Assembleia e Junta de Freguesia de Forjães e, por seu intermédio, todo o povo desta simpática Vila.

1. Em 1988, acompanhei, juntamente com outros meus camaradas da Comissão Concelhia de Esposende do PCP, os, então, deputados da Bancada Comunista na Assembleia da República, José Manuel Mendes e Álvaro Brasileiro, eleitos, respectivamente, pelo círculo de Braga e Santarém, os quais, em visita a esta Terra e especialmente a este Centro Cultural, na altura escola primária, constataram, “in loco”, o galopante estado de degradação geral deste edifício e, particularmente, dos painéis da autoria de Jorge Colaço, bem como deste auditório. Aqui, neste espaço, conhecemos o abandono a que estava votado um pedaço importante do Património Concelhio. Na Assembleia da República, os deputados em apreço apresentaram requerimentos sobre a degradação deste edifício e propuseram dotações em PIDACC para a sua recuperação. Hoje, nesta minha fala, afirmo com contentamento que valeu a pena o PCP ter colocado na ordem do dia e no debate político a necessidade de salvaguardar esta casa. Mas a sua recuperação não pode significar que doravante nada mais se faça neste edifício. É que, passados alguns anos parece que já são notórios problemas de construção. Urge dar a este Centro Cultural outra dinâmica, pela via da elaboração de uma agenda de eventos que obedeça a uma lógica de regularidade.

E se este é o palco, por excelência, do debate político, importa, sobre Forjães, dizer, ainda, que a futura construção do Jardim de Infância deve ter por base um projecto digno e obedecer a uma visão prospectiva, isto é, deve ter em conta o previsível crescimento da população.

Há dez anos que o PSD, conforme decorre dos programas eleitorais, promete o arranjo da rua do centro da freguesia, esta aqui em Frente. Mas, o tempo passa e nada se concretiza. Será que desta vez a promessa, recentemente anunciada, do arranjo da mencionada rua, vai ser cumprida?

E porque se está a proceder à revisão do PDM, não seria este o momento certo para definir o tipo de construções nesta Vila. De facto, não se admite que, em qualquer local, se erijam prédios de 3 andares (pisos).

E quando se começam a construir, nesta vila – Forjães, ruas com passeios? Há cerca de 12 anos que não se faz 1 metro de passeio nesta Terra.

Do mesmo passo, é urgente repensar os acessos à EBI, ao campo de Futebol, piscina e futuro jardim-de-infância.

Emergem alternativas para o trânsito que atravessa a Freguesia, enquanto é possível encontrar espaços para o fazer.

E o acesso à A28. Por que motivo nunca saiu do papel?

E a estrada que liga Forjães ao Concelho via Antas. Lá continua, serpenteada, perigosa. Apetece dizer que o seu arranjo ou alternativa parou no tempo.

E o saneamento foi concluído? E o que dizer das descargas de águas residuais para a rua? Emerge mais controlo e fiscalização sobre estas práticas.

É urgente aproximar mais as pessoas do seu rio Neiva, criando, no espaço entre pontes, um parque onde possam ser inseridas várias valências destinadas às actividades desportivas e de lazer, praia fluvial, restauração, entre outras.

Importa, promover e divulgar os pontos de interesse turístico, patrimonial e paisagístico desta vila.

2. Comecei este meu dizer referindo um aspecto importante do património Forjanense. Ora, deste cabo norte do nosso concelho ouse olhar mais para sul e continuar a falar do património. Refiro o Edifício Salva-Vidas na cidade de Esposende, que a prestigiada Associação Fórum Esposendense, em boa hora, resolveu preservar. Concordo, inteiramente com o Fórum quando, afirma “ que a preservação e recuperação da Estação Salva-Vidas e a sua transformação no Museu Marítimo de Esposende é um imperativo cultural de grande importância para a população do concelho”. Preservar o passado e compreendê-lo constitui a mais robusta âncora para que no presente se definam as rotas do futuro. Faço esta afirmação em respeito pelo posicionamento e coerência do PCP sobre esta matéria. É que, o PCP, em Esposende, tem dedicado elevada atenção às questões que se prendem com a vida piscatória, os problemas dos homens do mar, a falta de condições para o exercício da sua actividade. É bom lembrar que, aquando do debate público sobre o PDM, em 1993, propusemos que em tal documento fosse vertido um rumo ou vertente estratégica sobre a relação: o Homem, a terra e o mar em Esposende, contemplando a história, preservando, por esta via, a memória dos homens, dos seus mentefactos e artefactos, e apontando para o futuro incrementando actividades ligadas ao mar. Na altura, ficámos sozinhos como que a pregar aos peixes. Por isso, é de louvar a empresa a que o Fórum deitou mãos. No entanto, todos sabemos que a carolice, a força de vontade e o apego à preservação do bem comum, por muito importantes que sejam, só por si não demovem as dificuldades inerentes à consumação deste projecto, desde logo, de natureza financeira. De facto, conforme afirma o Fórum “ o Salva Vidas, edifício emblemático e de relevante valor patrimonial para a história de Esposende, exige um esforço gigantesco.” Sem dúvida! Por isso, as forças vivas, todas, devem mobilizar-se apoiando este Projecto. Neste sentido, a Câmara Municipal, na nossa opinião, deve apoiar, dentro das suas reais possibilidades o Fórum Esposendense neste trabalho de preservação do edifício Salva – Vidas. A CDU, nesta Assembleia Municipal afirma, de forma peremptória a pertinência e interesse da obra de recuperação em apreço, manifestando todo o apoio ao trabalho desenvolvido pelo Fórum Esposendense atinente à recuperação do Salva –Vidas e à sua transformação em Museu Marítimo.

3. Por fim, não posso deixar de, mais uma vez, lamentar o posicionamento dos deputados do PS/PSD/CDS-PP na Assembleia da República, os quais em coro bem afinado e sem tergiversarem votaram contra as propostas apresentadas pelo PCP, em sede de debate do orçamento do Estado, para inscrição em PIDACC de verbas destinadas à execução de obras fundamentais para o nosso Concelho, conforme informação do Deputado Agostinho Lopes. O voto contra de tais parlamentares demonstra quão grande é a distância entre as palavras que, por vão expendendo e os seus verdadeiros actos. Lamentável!” Segue-se data e assinatura.

Durante o seu período de intervenção, Manuel Carvoeiro apresentou também proposta relativa ao processo de construção de uma moradia unifamiliar nas dunas da praia do Suave Mar, com o seguinte teor:

“A Câmara Municipal de Esposende licenciou a construção de uma vivenda nas dunas da Praia do Suave – Mar. A referida construção está, pois, a ser feita num sítio onde o Estado, através do Governo – Ministério do Ambiente, já investiu muito dinheiro. Trata-se de uma zona sempre apresentada pela Câmara Municipal, pela, então, APPLE e, mais recentemente pelo PNLN, como um bom exemplo de protecção e preservação ambiental, designadamente, dos sistemas dunares (fauna e flora dunar), a qual tem servido como espaço, por excelência, para visitas de estudo e educação ambiental de milhares de crianças e jovens oriundos das escolas de Esposende, bem como de outras paragens do país.

O próprio Ministro do Ambiente, ainda recentemente, em visita efectuada a Esposende preconizou a adopção emergente de políticas de defesa da nossa Costa, considerando que o avanço do mar é uma realidade bem visível na faixa litoral de Esposende.

Tendo presente que esta construção configura um grande escândalo público que tem merecido uma condenação generalizada.

Tendo em atenção que foram dirigidos ao Governo pedidos de esclarecimento sobre a matéria, solicitando-lhe, também, que, exercendo o seu poder de tutela, através do Ministério do Ambiente, com a máxima urgência, travasse este processo e, tendo presente o interesse público, tomasse medidas para demolição do que foi construído, ordenado a reposição das toneladas de areia que foram retiradas do local (o que significou a destruição completa da duna).

Tendo em conta que, até esta data, que se saiba o Governo nada disse, nada fez.

Tendo presente que importa tudo fazer para parara a construção em causa

Proponho:

Que a Assembleia Municipal de Esposende faça baixar este assunto à sua Comissão Permanente para que, com a máxima urgência, a Comissão proceda a uma abordagem mais focada e especializada do assunto em apreço, desencadeando todas as acções, legal e regimentalmente previstas, que considere pertinentes para reverter este processo.” Segue-se assinatura.

Interveio seguidamente Penteado Neiva apresentando uma recomendação a ser efectuada à Câmara Municipal de Esposende, recomendação esta subscrita por todos os grupos políticos com assenta na Assembleia Municipal e cujo teor vai ser transcrito:

“Esposende tem a marca indelével do Mar.

Ao longo dos séculos as actividades marítimas marcaram o ritmo da sua vida e das suas gentes.

Homens e mulheres aprenderam a conviver quer com a bonança quer com as adversidades das águas do Atlântico. Foi este o seu modo de vida. Foi o seu querer. É esta a marca de água do seu Bilhete de Identidade.

Hoje, certamente com alguma mágoa o dizemos, tudo não passa de uma memória.

Pouco resta do frenesim da ribeira, do linguarejar muito próprio de quem, colocando a mão por cima do sobrolho, procurava, bem lá ao longe, a embarcação que regressava a terra. A entrada na barra sempre pedia uma oração. A chegada ao cais era sempre festejada e um momento de grande alívio. A safra era descarregada. Limpava-se o barco, arranjavam-se os remos, limpavam-se os vertedouros, afinava-se o zingarelho, avivavam-se as marcas nas balizas, nas bóias, lavava-se o fumado nos foscos vidros do lampião, desntupia-se a cana do gasómetro ... enfim preparava-se o barco para a próxima faina. No final os homens da

companha despediam-se com Vai com Deus.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados Municipais,

Esta vivência de outrora e, ainda e bem, o orgulho da nossa geração. Ainda não se encontra totalmente perdida e todos podemos, com um pequeno esforço trazê-la à nossa memória. Já é muito ténue. Já está a bater à porta do esquecimento e isso traz-nos responsabilidades acrescidas. Temos a obrigação de carregar esta tradição histórica, etnográfica e, sobretudo, cultural, ombreá-la e carrear-la, o mais fiel possível para as gerações vindouras.

Como fazê-lo?

Certamente criando estruturas, promovendo acções, preservado o património e, acima de tudo, divulgando toda este manancial.

Sabemos que a sociedade civil tem também um papel fundamental em todo este processo. Pela experiência sabemos que os Organismos do Estado se preocupam, sobretudo, pela preservação da nossa memória nacional, pelos patrimónios de maior impacto, esquecendo-se, muitas vezes, que a história e a memória nacional só tem existência porque se alimenta de uma memória e uma história local.

O Fórum Esposendense – instituição classificada de interesse público, quer participar neste processo de preservação da nossa memória colectiva. Elegeu um tema e um projecto. Escolheu a criação de um Museu Marítimo onde todos os elementos que ligam Esposende ao mar e ao rio possam ser recolhidos, tratados e divulgados. Para esse fim negociaram um monumento, também ele um verdadeiro Ex-libris e testemunho de toda esta vivência marítima. Preservando e dando vida ao centenário edifício do Instituto de Socorros a Náufragos, instalando aí um núcleo museológico voltado para a vida marítima, o Fórum Esposendense cumpre assim uma das suas clausulas estatutárias que se traduz no estudo e divulgação da cultura esposendense. Tudo será mais fácil se todos dermos as mãos e assumirmos este projecto como uma vontade de todos os esposendenses. Se conseguirmos demonstrar ao poder central que és esta a nossa vontade, o nosso querer e a nossa aspiração, estamos certos de que o diálogo se mostrará mais aberto e colaborante.

É neste sentido que a Assembleia Municipal de Esposende, reunida no Centro Cultural de Forjães, hoje dia 24 de Fevereiro de 2007, aprova uma Recomendação à Câmara Municipal de Esposende, subscrita por todos Grupos Parlamentares, para que esta considere e eleja este projecto do Fórum Esposendense e a criação do Museu Marítimo de Esposende como sendo um projecto de manifesto interesse cultural para o concelho e que, dentro das suas possibilidades, venha a apoiar financeira e tecnicamente esta iniciativa.” Segue-se data e assinaturas.

Continuando no uso da palavra, Penteadó Neiva efectuou também intervenção de cariz político cujo teor vai também ser transcrito:

“Não queremos afirmar que o nosso país está em estado de guerra. Também não achamos que estejamos em estado de sítio e que o país se divide entre aqueles que são senhores da verdade, aqueles que possuem o saber e a inteligência do bem governar e os outros.

Olhamos para os meios de comunicação, que por sinal têm sido bem benevolentes e tolerantes para com quem nos governa, e constatamos que há um levantamento geral do país. São as classes profissionais que se revoltam porque à sua revelia se aprovam documentos fundamentais onde lhe são diminuídos os seus direitos, é a justiça que teima em tropeçar, é a

saúde que não anda saudável, é a população geral que se sente desorientada e, por entorpecimento, já não é capaz de agir quanto mais reagir. Já ninguém é capaz de afirmar hoje que amanhã será assim. Paira no ar uma sensação de que estamos num País que virou laboratório onde tudo se ensaia e quase nada dá certo. Sentimos cobaias de cientistas que ainda não obtiveram habilitação para isso.

Senhores Deputados Municipais

Assistimos hoje à debandada geral dos organismos e instituições. Vemos as nossas vilas e pequenas cidades a perderem algumas das suas conquistas e a serem votadas ao eterno isolamento. Se até aqui o interior se queixava dessa desertificação, dessa espoliação de serviços, agora até já as terras do litoral, aqueles que concentram o maior número de pessoas se vêem ameaçadas.

Fecham-se maternidades, encerram-se urgências hospitalares sem que para isso se explique à população quais os critérios que ditaram tal opção.

As populações revoltam-se, juntam-se para mostrarem a sua indignação e o governo manda como resposta a carga policial. Os Autarcas pedem reuniões e saem delas de cabeça a abanar pois tudo está decidido e nada há a alterar.

É a política do quero, posso e mando.

Esposende que até aqui se orgulhava de ter excelentes acessibilidades assiste, com olhar estupefacto ao portajar do ICI agora A 28, e à reclassificação da velhinha N.13 como uma estrada óptima, de grande fluidez de trânsito, capaz de responder satisfatoriamente ao tráfego rodoviário que percorre o litoral norte.

Consta-se que iremos, brevemente perder na área da Justiça o Crime e o Cível ficando aqui um saldo residual chamado Família. Perdemos, praticamente os serviços da Delegação Marítima sendo Esposende uma terra piscatória e onde se acham registradas centenas de embarcações de recreio.

Já se fala nos corredores que dão acesso aos Gabinetes dos decisores que estará para breve o fecho dos Centros de Saúde de Esposende e Fão assim como das Extensões de Forjães, Belinho e Apúlia.

Vamos estar atentos e daqui lançamos um repto aos nossos colegas Deputados Municipais do Partido Socialista - partido que suporta o Governo, para que também estejam atentos e não sejam testemunhas passivas da destruição de um valor que desde há oitocentos anos caracteriza Portugal - o enriquecimento e o fortalecimento do Municipalismo.” Segue-se data e assinatura.

Seguidamente interveio Manuel Carvoeiro, em defesa da honra, tendo referido que, embora entenda e respeita as posições assumidas pelo deputado Penteadado Neiva, nunca se poderá coarctar os entendimentos políticos que cada grupo detém sobre cada uma das matérias.

Interveio seguidamente Laurentino Regado cujo teor vai também ser transcrito:

“A Junta de Freguesia de Marinhas, representada, por inerência, nesta Assembleia pelo seu Presidente, manifesta o seu desagrado pela construção de uma vivenda unifamiliar nas dunas da praia de Suave-Mar, nesta freguesia.

Senhor Presidente da Câmara: a Junta de Freguesia de Marinhãs, legitimamente eleita, nas listas da Assembleia de Freguesia, em Outubro de 2005, pelos eleitores de Marinhãs, para defender os seus superiores interesses, não cometeu nenhum crime ao tornar público o seu repúdio – sendo esse também o sentimento da maioria da população Marinhense. Crime ambiental cometeu o executivo camarário ao licenciar tal obra esquecendo-se do interesse público e das boas práticas de há 25 anos atrás, em termos de conservação da natureza.

A Junta de Freguesia de Marinhãs aproveita a oportunidade para aqui, nesta Assembleia Municipal, prestar uma homenagem pública ao falecido Eng^o Losa Faria, que, em 1982, enquanto presidente da Câmara Municipal de Esposende, defendeu, de uma forma firme e corajosa, as dunas das praias do Suave-Mar e de Rio-de-Moinhos, optando claramente pelo interesse público em detrimento de interesses particulares.

Ao PSD concelhio gostaríamos de dizer que a censura terminou em 25 de Abril de 1974, e que a Junta de Freguesia de Marinhãs foi eleita democraticamente pelo povo das Marinhãs, não devendo, por isso, obediência nem sujeição a outras vontades que não sejam os sagrados interesses da nossa terra. Continuaremos firmes na defesa dos interesses da freguesia de Marinhãs e de todos os Marinhenses.” Segue-se data e assinatura.

Interveio seguidamente Neiva da Cruz cujo intervenção vai ser transcrita:

“Enquanto membro desta A. M., defendo que quem exerce cargos políticos o deve fazer, tendo sempre presente que, além de um acto de cidadania, presta também um serviço cívico à comunidade. É essa a minha convicção e é com esse pensamento que participo de forma atenta e interventiva na vida local e municipal.

É nesse sentido que no plano das ideias e das políticas deve haver um debate vivo, com elevação.

A democracia implica sempre respeito pelos nossos adversários. Os quais, como é evidente, não serão nunca nossos inimigos.

Na minha opinião, muitas vezes, nesta Assembleia nem sempre estamos sintonizados com as principais preocupações da população. Todavia, não é minha intenção falar do passado; pretendo, isso sim, falar do futuro.

Início desta forma a minha intervenção, uma vez que já acompanho há vários anos a vida autárquica local e municipal, tanto como cidadão como autarca.

Face a esta pequena experiência, existem umas interrogações dentro de mim, que gostaria que me ajudassem a esclarecer. E as minhas dúvidas prendem-se essencialmente em saber quais as orientações de toda a actividade do município para os próximos tempos.

- Quais os objectivos a atingir?

- Qual a estratégia de desenvolvimento para o concelho?

- Se estão identificados os sectores mais importantes?

- Quais as principais apostas do município?

Não compreendo a relação entre as acções que vão sendo executadas e anunciadas e os objectivos estruturais que se visam atingir.

Parece-me não existir qualquer estratégia de desenvolvimento para o concelho.

Parece-me não existirem ideias, apostas sérias, acções palpáveis e obras concretas em sectores fundamentais para o futuro do nosso concelho.

Li num artigo de opinião: Nenhuma organização consegue ter sucesso sem uma visão estratégica clara e sentido de missão. A visão estratégica dá força e indica a direcção, enquanto a missão concretiza os passos que temos de dar. Sem visão estratégica não é possível estabelecer objectivos e sem objectivos todas as decisões se tornam arbitrárias, daí o insucesso .

Em democracia, é tão importante governar como ser oposição. À oposição cabe um papel importante: o de contribuir para uma boa gestão, apresentando propostas, discutindo assuntos, ideias e preocupações. No meu ponto de vista, é a partir deste confronto de opiniões que se podem defender os verdadeiros interesses do concelho de Esposende.

Porque o que nos determina é o esforço, a vontade e o dever de estarmos todos mobilizados em torno de objectivos comuns. Mas, para obtermos êxitos é importante que esses objectivos sejam claramente definidos e conhecidos por toda a comunidade.

Para as autarquias, e no plano das finanças, aproximam-se tempos ainda mais difíceis, isto é, vão deixar de poder sobreviver à custa do orçamento de estado e à custa dos fundos comunitários. Mas é quando há mais dificuldades que mais imperioso se torna sermos capazes de imaginação, inteligência e audácia.

Penso, ser a altura de avançar com um PLANO ESTRATÉGICO PARA O CONCELHO, que permita fazer um diagnóstico da actual situação, e proponha as grandes linhas estratégicas de orientação para o futuro de Esposende, tudo isto tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos esposendenses e dos seus visitantes, bem como criar condições para um desenvolvimento sustentado do concelho de Esposende.

Com a nova lei das Finanças Locais, estão na agenda das autarquias novas competências na área social, da saúde, da educação e do ordenamento do território. Com a entrada desta nova lei, as autarquias estão numa viragem a nível das políticas públicas, fundamentalmente direccionadas quer para a vertente social quer para a prestação de serviços aos munícipes.

Outro assunto que está na agenda política nacional é o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

É mais uma razão para que se avance com o PLANO ESTRATÉGICO DO CONCELHO. Justamente para que se façam as apostas certas e para que se focalizem as acções e as prioridades de um forma clara e transparente. Será uma importante oportunidade para mobilizar os agentes económicos e sociais a investir em Esposende. O executivo camarário tem de aproveitar o enorme fluxo financeiro da Europa e avançar estrategicamente para um novo modelo de desenvolvimento.

Para terminar, entendo não ser muito coerente virmos para esta Assembleia discutirmos políticas sectoriais. O que precisamos é de discutir uma visão estratégica para os diversos sectores.

A Câmara Municipal tem uma responsabilidade acrescida nesta tarefa, mas também todos nós devemos contribuir com as nossas opiniões, mesmo que divergentes em parte ou no todo, tendo permanentemente em vista uma vontade comum, que permita criar um novo impulso e imprimir um novo rumo à nossa terra.

Para tal, (e volto a sublinhar) é necessário que esses objectivos sejam claramente definidos e conhecidos de toda a comunidade. Não apenas dos autarcas, mas também de toda a sociedade civil.” Segue-se assinatura.

Interveio Pedro Saleiro “*que começou por lamentar a intervenção do senhor deputado Manuel Carvoeiro, relativa à iniciativa da associação “Forum Esposendense”, classificando-a de inoportuna, por se tratar de uma iniciativa da sociedade civil face à qual, defendeu, os Partidos Políticos devem ter uma postura de apoio decidido, mas discreto, evitando a politização deste tipo de questões. Contestou ainda a interpelação que o mesmo Manuel Carvoeiro fez aos Partidos Políticos CDS/PP, PSD e PS, cujos deputados na Assembleia da República inviabilizaram as propostas apresentadas pelo PCP, em sede de discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 2007, relativas à inscrição de verbas no PIDDAC para obras da administração central no Concelho de Esposende. A esse propósito classificou as proposta comunistas de irresponsáveis porque, explicou, seriam necessários vários Orçamentos de Estado para as acomodar todas. Disse ainda que o PCP tem por hábito entupir a Comissão Parlamentar com inúmeras propostas, o que bem entendia, visto que não se vislumbrando que o PCP venha a governar o país, não pode ser responsabilizado pela exequibilidade das propostas que faz.*

Prosseguiu, referindo-se à intervenção proferida pelo senhor deputado Albino Neiva a propósito da situação política do país, fazendo notar que os problemas que Portugal atravessa são estruturais, e não conjunturais pelo que, defendeu, o Governo tem uma tarefa que não é fácil, e que impõe medidas drásticas, sendo-lhe muito difícil prosseguir a sua acção sem contestação social. Considerou ainda exagerada a referência à intervenção das forças da ordem para dispersar manifestações, como se viu em Valença do Minho, defendendo que essa intervenção foi enquadrada pela legislação que criminaliza a ocupação da via pública, que colheu o apoio do PSD aquando da sua votação na Assembleia da República. Disse ainda que a análise de dois anos de governo obriga a analisar dois anos de oposição e que, a esse propósito, o PS lamenta que, olhando para a sua esquerda veja apenas velhos preconceitos e modas fracturantes e, olhando para a sua direita, veja a convulsão permanente do partido de direita e a instabilidade do PSD, um partido estruturante do nosso sistema democrático, cuja vida interna é marcada pelo Carnaval da Madeira e pelos almoços-convívio de Vila Nova de Gaia. Por fim, disse que os deputados do PS nesta Assembleia Municipal defenderão, em primeiro lugar, os interesses do concelho de Esposende e que contestarão todas as medidas do Governo que entendam que prejudicam a respectiva população, tal como já o fizeram a propósito da introdução de portagens na A28.”

O Grupo político do PSD apresentou também duas propostas de votos de pesar, ambas subscritas por todos os restantes grupos políticos, referentes ao falecimento do cidadão Albino Sampaio Boaventura, ex autarca vila chanense e sogro do deputado Albino Penteadado Neiva, e outra referente ao falecimento do soldado da Guarda Nacional Republicana do posto de Esposende, Hugo Arieira.

Colocados a votação os assuntos propostos neste período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1 – PROPOSTA APRESENTADA PELO DEPUTADO MANUEL CARVOEIRO RELATIVA AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR NAS DUNAS DA PÁRIA DO SUEVE MAR:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU REJEITAR A PROPOSTA, COM 29 VOTOS CONTRA, 4 ABSTENÇÕES E 1 VOTO A FAVOR.

2 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, RECOMENDAR À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, QUE ESTA CONSIDERE E ELEJO AO PROJECTO DO FÓRUM ESPOSENDENSE RELATIVO À CRIAÇÃO DO MUSEU MARÍTIMO DE ESPOSENDE, COMO SENDO UM PROJECTO DE MANIFESTO INTERESSE CULTURAL PARA O CONCELHO E QUE , DENTRO DAS SUAS POSSIBILIDADES, VENHA A APOIAR FINANCEIRA E TECNICAMENTE ESTA INICIATIVA.

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ALBINO SAMPAIO BOAVENTURA

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DELIBEROU POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES APROVAR O VOTO DE PESAR E, NESSA MEDIDA DESSE FACTO DAR CONHECIMENTO AOS FAMILIARES DO CIDADÃO FALECIDO.

4 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SOLDADO DA GNR HUGO ARIEIRA

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DELIBEROU POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES APROVAR O VOTO DE PESAR E, NESSA MEDIDA DESSE FACTO DAR CONHECIMENTO AOS FAMILIARES DO CIDADÃO FALECIDO, BEM COMO À RESPECTIVA CORPORAÇÃO, ATRAVÉS DO COMANDANTE DA MESMA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, que se pronunciou sobre diversos assuntos, designadamente aqueles abordados pelos intervenientes no período de antes da ordem do dia, tendo prestado os devidos esclarecimentos.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente da Câmara deu conhecimento exaustivo do procedimento relativo ao processo de construção da moradia nas dunas da Paria do Suave Mar, tendo também dado conhecimento das “negociações” que foram estabelecidas com o promotor daquela construção levadas a efeito no seguimento de deliberação da Câmara Municipal de Esposende que o encarregou para esse efeito.

Seguidamente interveio António Pilar que colocou um conjunto de questões ao senhor Presidente, designadamente sobre as empreitadas em curso na freguesia de Forjães, dando como exemplo as obras de saneamento que nunca se concluíram.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro referindo que foi enquanto membro da Assembleia Municipal que solicitou audiência ao senhor Presidente da Câmara, tendo novamente referido que, em seu entender, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal devia pegar no assunto relativo àquela construção nas dunas da Praia do Suave Mar, construção acerca da qual colocou um conjunto de questões a eu o senhor Presidente da Câmara deu o devido esclarecimento.

Interveio seguidamente Orlando Capitão que também se pronunciou sobre a mesma construção, conforme se transcreve:

“Acompanhei de longe, pela comunicação social, o desenvolvimento do licenciamento e construção do que, por muita gente tem sido considerado um gravíssimo atentado ao meio ambiente e até à própria Natureza.

Para mim, tudo isto é muito estranho uma vez que a referida construção está a ser levada a cabo, a coberto da lei, nas dunas do Suave Mar.

E verifico que ninguém quer assumir responsabilidades por esse “atentado”. É o costume.

Ainda não se apagou a memória da firme e quase violenta reacção da população de Marinhas contra os planos da Celanus que visavam o aproveitamento urbanístico dos terrenos que esta empresa tinha adquirido à Casa de Bragança, terrenos que compreendiam as dunas não sujeitas ao domínio público marítimo.

Como foi possível que o Plano Director Municipal, aprovado muito depois – em 2 de Novembro de 1993 -, tenha esquecido essa exigência da população? Vê-se que na planta da zona onde, após a suspensão do Plano de Urbanização da área central de Esposende passaram a vigorar medidas preventivas, consta a área de implantação do edifício contestado como terreno destinado à construção. E garantem-me que o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que esteve recentemente em consulta pública, mantinha idêntico destino para esse terreno.

Esta reacção da população é perfeitamente justificável, numa altura em que o mar parece querer entrar pela terra dentro e recuperar espaços que historicamente parecem ter sido seus. Mas temos de reconhecer que a participação do público, no período que precede a aprovação dos planos, deixa muito a desejar.

É incrível que as pessoas que se insurgiram contra a Celanus não se tenham insurgido também contra um Plano Director Municipal e outros instrumentos legais que deixaram aberta a porta para outras construções nas dunas.

Parece-me que o primeiro culpado, neste caso, é o Plano Director Municipal ainda em vigor e outros documentos que o acompanharam. E não fica bem àqueles que os elaboraram, aprovaram ou deles se desinteressaram vir agora sacudir a água do seu capote.

Independentemente de qualquer acção que elimine ou atenuie o “atentado”, resultante de eventual verificação do índice de ocupação, de afastamentos da via pública ou distanciamento às construções confinantes, etc., aqui fica um aviso a ter em conta para o futuro.”

Interveio seguidamente João Nunes que apresentou algumas considerações, entre as quais sugeriu que a Câmara Municipal passasse a disponibilizar à Assembleia Municipal o Balancete do Razão.

Interveio seguidamente Laurentino Regado que voltou a abordar o tema da mesma construção, tendo referido que a tentativa de negociação dos terrenos restantes é uma chantagem do promotor do empreendimento que considera inadmissível. Referiu ainda que a Junta de

Freguesia de Marinhas não afirma que exista qualquer ilegalidade o que questiona é a falta de sensibilidade ambiental ao se aprovar aquela construção para aquele local.

Interveio seguidamente Penteadado Neiva que agradeceu ao senhor Presidente o facto de ter trazido a esta Assembleia os devidos esclarecimentos sobre a polémica construção, assunto que entende já estar devidamente esclarecido, sendo que, como afirmou, o grupo parlamentar do PSD também discorda d que seja aceite a proposta apresentada pelo promotor do empreendimento que foi aqui enunciada pelo senhor Presidente relativamente aos terrenos sobrantes.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara que prestou diversos esclarecimentos, designadamente quando à questão colocada por António Pilar em matéria de investimentos na freguesia de Forjães. Prestou novamente e acrescidos esclarecimentos sobre o processo de construção em discussão, sublinhando que a Câmara Municipal de Esposende tem todo o interesse em que não haja a mínima dúvida sobre a legalidade do licenciamento, razão pela qual, estando a Câmara Municipal a ser objecto de uma inspecção ordinária da IGAT, já foi solicitado ao respectivo Ministério que tutela este órgão que, no âmbito da inspecção em curso, seja ordenada averiguação minuciosa de todo o procedimento adoptado no curso deste processo de licenciamento.

Interveio novamente Laurentino Regado, em defesa da honra, tendo referido que o Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas, enquanto foi director da APPLE desenvolveu um conjunto de esforços no sentido da elaboração de instrumentos de gestão territorial que tivessem como fim a salvaguarda da orla costeira de Esposende.

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal informando do ponto da situação referentes à reunião com os Baldios de Apúlia, tendo solicitado que a Assembleia Municipal concedesse um novo período de 45 dias para que o assunto fosse concluído, tendo sido por unanimidade aceite essa mesma proposta.

03 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2006 – APROVAÇÃO: _____

Foi presente a acta da última sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte de Dezembro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2006.

Verificaram-se três abstenções por, conforme declararam, não terem estado presentes.

04 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. _____

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo dado conhecimento da audiência em que participou com a Comissão dos Transportes relacionada com o tema das portagens na A28, informando que houve por parte de todos os presentes uma grande receptividades aos argumentos que lhes foram levados.

Ficou ainda decidido que, na ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal

será introduzido um ponto para tratar de tema agora apresentado e referente à “Igualdade de Oportunidades 2007”.

05 – PROTOCOLO CELEBRADO COM AS “ÁGUAS DO AVE, S.A.” E “ÁGUAS DO CÁVADO, S.A.” – PARA INFORMAÇÃO. _____

Foi presente em reunião o Protocolo celebrado com as “Águas do Ave, S.A.” e “Águas do Cavado, S.A.” para informação.-----

Fica arquivada cópia do protocolo junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

O senhor Presidente fez uma elaborada exposição do tema, tendo intervindo também João Nunes que colocou um conjunto de questões que foram respondidas, tendo ainda ficado decidido que esse tema poderia vir a ser novamente incluído na ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, TOMOU CONHECIMENTO. -----

06 – REVOGAÇÃO TOTAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE APÚLIA – PROPOSTA.-----

De harmonia com deliberação do órgão executivo municipal, tomada em reunião realizada no passado dia dezoito de Janeiro foi presente a Revogação Total do Plano de Urbanização de Apúlia, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante:

O senhor Presidente da Câmara fez a devida apresentação do assunto.

Interveio seguidamente Orlando Capitão que fez um conjunto de considerações relativas à Revogação do Plano de Urbanização de Apúlia, como se transcreve:

“Quanto a este ponto e ao seguinte da Ordem do Dia, pareceu-me que não valeria a pena perder tempo. Se um Plano de Urbanização é suspenso e em sua substituição se decretam medidas preventivas, é porque esse Plano já não tem qualquer interesse público. E se as medidas preventivas caducam, não se justificaria a reposição do Plano suspenso, de um plano sem interesse.

Mas pareceu-me conveniente conhecer a evolução de todo este processo.

Quis consultar o regulamento do Plano Director da Apúlia que, segundo a informação do sr. Eng. Vítor Leite, que nos foi distribuída, terá sido publicado no Diário da República no dia 14 de Novembro de 1997.

A minha odisseia começou aí. Procurei obter cópia do Regulamento desse Plano. Disseram-me, na Câmara Municipal, que no Diário da República de 14 de Novembro de 1997 não vem publicado nenhum Plano de Urbanização de Apúlia.

Tive de me limitar a analisar a documentação que nos foi distribuída – é pena que não tenha sido distribuída toda a história do processo.

Com essas limitações verifiquei, com estranheza, o seguinte:

O Plano de Urbanização de Apúlia, que terá sido publicado em 1997 – não posso precisar a data, porque aquela que consta dos papéis parece não corresponder à verdade -, foi suspenso em 18 de Junho de 1998, com o fundamento de reparos feitos pelos serviços técnicos que alegavam ter dificuldade em interpretar e compreender conceitos como envôlvência, dominância, alinhamentos dominantes de conjunto, etc. Foram aprovadas medidas preventivas pelo prazo de dois anos.

Isto impõe-me dois reparos:

1.º As dificuldades de leitura e interpretação dos técnicos municipais poderia ter sido resolvida com a aquisição e distribuição de alguns dicionários.

2.º As medidas preventivas foram uma forma que o povo da minha aldeia classificaria de tentativa de “tapar o sol com a peneira”. É que essas medidas não resolveram coisa nenhuma, porque constam e já constavam do artigo 3.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Esposende. A sua caducidade não afectou a total validade do disposto nesse artigo e, desse modo, as medidas preventivas, mesmo caducadas, continuariam plenamente em vigor, não como provisórias, mas como definitivas, que já eram. “

Quanto à Revogação do Plano de Urbanização da Área Central de Esposende, continuou Orlando Capitão no uso da palavra, referindo:

“O Regulamento deste Plano de Urbanização foi publicado a 2 de Janeiro de 1977, como se refere na documentação distribuída.

Foi suspenso por deliberação de 18 de Junho de 1998 – a mesma data da suspensão do Plano da Apúlia – com o fundamento de que a sua implementação tornava a gestão extremamente complexa, a definição da zona urbana consolidada se encontrava disciplinada por planos de pormenor e operações de loteamentos e que este zonamento não se encontrava sujeito a nenhum plano ou planos de pormenor eficazes.

Ora, o Regulamento deste Plano de Urbanização previa no seu artigo 9.º sete zonas: Zona do centro histórico; zona urbana consolidada, zona de moradias existentes; zona de expansão urbana; zona de equipamentos; zona da margem fluvial de Esposende/sul; e zona verde.

Por causa da zona urbana consolidada, que podia ser revista, melhorada ou alterada, foi tudo suspenso – desculpem a expressão – foi tudo para o caixote do lixo.

Por outro lado, também aqui, as medidas preventivas não tiveram qualquer sentido. Estavam e estão todas previstas, não como medidas preventivas, mas como normas correntes e obrigatórias, no artigo 3.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Esposende.

Isto mostra que a caducidade das medidas preventivas não teve efeito algum. O Plano Director Municipal continuou em vigor, incluindo o seu artigo 3.º. “

Interveio seguidamente Pedro Saleiro que também teceu um conjunto de considerações, começando por dizer que “prefere um mau plano a plano nenhum e que, na sua opinião, está por demonstrar que os planos cuja revogação se propõe não cumpram adequadamente a sua função. A esse respeito interpelou o senhor Presidente da Câmara pedindo-lhe que esclarecesse quais foram as razões de interesse público que justificaram estas propostas de revogação e se, uma vez que na apresentação da proposta o senhor Presidente da Câmara

referiu que a revogação foi proposta pela IGAT, esta medida de revogação permite validar algum acto administrativo praticado pela Câmara Municipal, tendo-lhe logo sido dito que não. Prosseguiu afirmando que, sem estes planos cuja revogação agora se discute, a Câmara Municipal fica com uma discricionariedade alargada para decidir sobre o licenciamento de obras nestas áreas – situação que contestou – perguntando para quando se prevê a apresentação de novos planos.”

Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara que prestou os devidos esclarecimentos quanto às questões colocadas.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, COM 24 VOTOS A FAVOR E 10 VOTOS CONTRA, PROCEDER À REVOGAÇÃO TOTAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE APÚLIA, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DA PROPOSTA COM OS QUAIS SE CONCORDA. -----

07 – REVOGAÇÃO TOTAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE ESPOSENDE– PROPOSTA.-----

De harmonia com deliberação do órgão executivo municipal, tomada em reunião realizada no passado dia dezoito de Janeiro foi presente a Revogação Total do Plano de Urbanização da Área Central de Esposende, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante:

Durante o período da discussão todos os intervenientes na discussão do ponto anterior referiram que, com as devidas adaptações, aplica-se para o presente assunto o referido naquele.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, COM 24 VOTOS A FAVOR E 10 VOTOS CONTRA, PROCEDER Á REVOGAÇÃO TOTAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DA PROPOSTA COM OS QUAIS SE CONCORDA. -----

EXTRA-AGENDA:

---ANTES DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO, PELO SENHOR PRESIDENTE DA MESA FOI POSTO À CONSIDERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO, A ADMISSÃO PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DO SEGUINTE ASSUNTO:

1 – DESIGNAÇÃO DE 4 ELEMENTOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, AUTORIZAR A INCLUSÃO NA SESSÃO DO ASSUNTO PROPOSTO. -----

Após a aprovação para discussão e votação, foi apresentada proposta, subscrita pelos diversos grupos políticos, com a apresentação de quatro nomes para integrem aquela comissão.

De seguida foi colocado à votação o assunto em causa.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA E ASSIM NOMEAR PARA INTEGRAR A CPCJ DE ESPOSENDE, OS SEGUINTE MEMBROS DA ASSEMBLEIA:

DRA. ANA MORGADO

DR. MARANHÃO PEIXOTO

DR. JOÃO PAULO TORRES

DR. ORLANDO CAPITÃO

Foram obtidos 31 votos favoráveis, 1 voto branco e 2 abstenções.

08 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o cidadão Manuel Couto que referiu que já há longa data o caminho que passa em frente à sua casa apresenta um conjunto de problemas provocados pelas obras que ali foram efectuadas, problemas que lhe têm causado um conjunto de prejuízos que urge reparar e que são provocados pelas águas pluviais que agora passam no local.

Interveio o senhor Presidente da Câmara tomando conta do local em referência e indicando que vão ser averiguadas as razões para essa situação.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, proposta QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. _____

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da acta da presente sessão, que, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade DOS PRESENTES. _____

---Sendo treze horas e quarenta e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

ACTA

Nº 01/2007

SESSÃO ORDINÁRIA

24 de Fevereiro de 2007